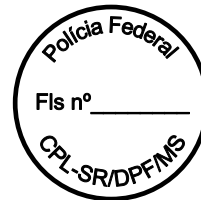




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2011
Processo nº 08335.018804/2011-56

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, representada pela Pregoeira designada pela nº 604/11-SAG, de 22 de setembro de 2011, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo “MENOR PREÇO”**, destinado à participação exclusiva de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme especificações, quantidades e condições constantes deste Edital e seus Anexos, para atender a Delegacia de Polícia Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul. O presente certame licitatório reger-se-á pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2001, lei complementar 123/06 e Decreto 6204/07 que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte e demais legislações correlatas.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação Centro de Formação de Condutores para promoção de **Processo de Mudança de categoria de Carteiras Nacional de habilitação, para categorias “D”, e “E”**, para servidores do Departamento de Polícia Federal, lotados na Delegacia de Polícia Federal em Corumbá-MS, conforme **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital.

1.2. Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I - Termo de Referência;
- II - Modelo de Proposta;
- III - Minuta de contrato;
- IV – Modelo de Declaração;
- V – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão somente **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, que estejam credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou atendam aos dispositivos constantes nos subitens **11.1** e **11.7** deste edital.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

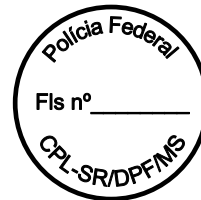
2.2.1 - Submetidas aos regimes de recuperação de empresas previstos na Lei 11.101/2005 de 09 de fevereiro de 2005, bem como, aquelas que tiveram sua falência decretada;

2.2.2 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Superintendência Regional de polícia Federal de Mato Grosso do Sul suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



qualquer que seja sua forma de constituição, bem como as cooperativas de mão-de-obra;

2.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.3. Os documentos necessários a participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor Público Federal ou por meio de documento publicado na imprensa oficial.

2.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

2.5. Considerar-se-ão aptas a participar do certame licitatório, as empresas devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que apresentarem situação da documentação obrigatória válida ou atenderem aos dispositivos constantes nos subitens **11.1** e **11.7** deste edital

2.6 - Poderão participar somente deste Pregão as microempresas e empresas de pequeno porte cujo ramo de atividade esteja relacionada ao seu objeto.

2.6.1. As empresas organizadas sob a forma ou ME, sob o amparo da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão observar o Artigo 43 desse Diploma Legal, apresentando, na fase de habilitação toda a sua documentação, ainda que com restrições.

2.6.2. A dispensa da verificação da regularidade fiscal na fase de habilitação não traduz dispensa da documentação referente à situação fiscal da EPP ou ME, apenas posterga-se essa verificação para o momento de celebração do termo de contrato ou equivalente, observando-se o Artigo 42, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.3. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

2.6.3.1 no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

2.6.3.2 no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

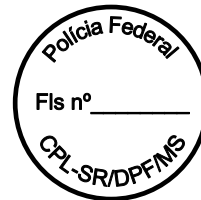
3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2. A impugnação Administrativa deverá ser apresentada por escrito, protocolada tempestivamente no Protocolo da DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ-MS ou



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL DO MS, ou ainda, por meio do fax 67 3368-1299, dirigida à Pregoeira.

3.3. Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após os prazos legais, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida no subitem **3.2**.

3.4. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório.

4.2. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

a) Documento oficial de identidade;

b) Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular oferta e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o interessado ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, da licitante.

4.3. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

4.4. A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão.

4.5. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único a intervir nas etapas do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

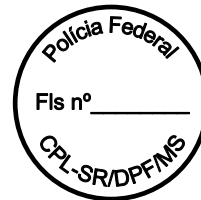
4.7. Apresentar juntamente com o credenciamento a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo do **Anexo II**, o qual deverá ser identificado pelo número do Pregão, o dia e hora marcados para abertura, o nome, CNPJ e endereço da empresa, contendo proposta datada, com todas as folhas rubricadas e a última



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



carimbada e assinada pelo proponente ou seu representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o objeto de forma clara e inequívoca, observando, ainda, o que se segue:

5.1.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da mesma, observado o disposto no parágrafo 3º do Art. 64 da Lei nº 8.666/93;

5.1.1.1. Na ausência do prazo de validade explícito na proposta será considerada a data de apresentação para início da contagem.

5.1.2. Declaração de que cumpre os requisitos mínimos necessários à execução do contrato que resultará desta licitação, descritos no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital (Modelo no **Anexo II**).

5.1.3. Declaração de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Certame.

5.1.4. Deve constar na proposta oferta precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.5. Serão consideradas desclassificadas as propostas apresentadas em desacordo com o exigido neste subitem;

5.1.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, tanto no que se refere ao seu mérito, quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou qualquer modificação que importe em adulterar os seus termos originais;

5.1.7. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

5.1.8. Não serão consideradas ofertas não previstas neste Edital, preços superiores aos valores de referência apurados pela administração, ou manifestamente inexeqüíveis;

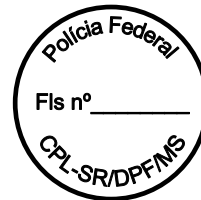
5.1.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

5.1.10. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DOS ENVELOPES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



6.1. Os envelopes de "PROPOSTA" e de "HABILITAÇÃO" deverão ser entregues pelo interessado ou seu representante legal à pregoeira da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na data e horário estabelecidos no item **8.1** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações externas:

6.1.1. Envelope contendo documentos relativos à (s) PROPOSTA:

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ/MS
PREGÃO Nº 13/2011
LICITANTE:
CNPJ Nº:
ENVELOPE Nº 1 (**PROPOSTA**)

6.1.2. Envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO:

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ/MS
PREGÃO Nº 13/2011
LICITANTE:
CNPJ Nº:
ENVELOPE Nº 2 (**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**)

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1. No dia, hora e local designado neste Edital, em sessão pública, a Pregoeira, depois de declarar aberta a sessão, não mais admitirá novos proponentes, receberá dos interessados e dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados, as propostas de preço e a documentação exigida para a habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

7.2. Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

7.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

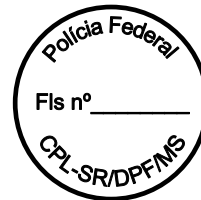
8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. A abertura dos envelopes relativos à presente licitação, dar-se-á em sessão pública a ser realizada na data e local a seguir indicados:

<p>DATA DE ABERTURA: 25/ 11 /2011 HORA: 08h00m LOCAL: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ/MS Praça da República Nº 51, Centro - Corumbá / MS</p>
--



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



8.2. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, desde já, ficam os licitantes notificados que esta será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

9. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS (envelope nº 1)

9.1. As propostas deverão seguir rigorosamente o modelo contido no **Anexo II - Modelo de Propostas** - deste Edital.

9.2. Para o objeto deste Pregão, o pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas.

9.3. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

9.4. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em Lei e a disposição de todos os concorrentes.

9.5. Serão classificadas, para participar da etapa de lances verbais, as licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, e as demais cujas propostas estejam superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor valor, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002.

9.6. Caso não haja, no mínimo 03 (três) propostas escritas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os valores ofertados, conforme o disposto no inciso IX do art 4º da Lei nº 10.520/2002).

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, pelo menor valor para os itens 1 e 2, de forma decrescente.

10.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital e anexos.

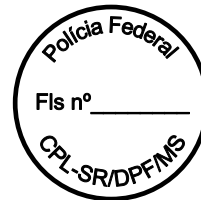
10.4. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor valor global, resultante da soma dos 2(dois) itens.

10.5. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto aos valores apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

10.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurados o direito de atualizar seus dados no ato, mediante documentação apresentada na própria sessão.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



10.7. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seu Anexo, pelo Pregoeiro.

10.8. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado os serviços, definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

10.9. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

10.10. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

10.11. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

10.12. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Participação deste Pregão somente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, as empresas interessadas deverão estar cadastradas e habilitadas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme IN nº 05/95 e IN nº 09/96 - MARE, ou as que atenderem as condições exigidas nos arts. 27 ao 31 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, além de apresentar os seguintes documentos:

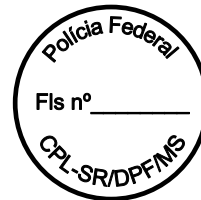
11.1.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, de acordo com o subitem 7.1, inciso IV com o item 8.11, da IN/MARE nº 05, alterada pela IN/MARE nº 09, de 19/04/96, conforme modelo a seguir:

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>(Nome da empresa) _____ CNPJ nº _____ sediada (Endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</p> <p>Local e Data _____</p> <p style="text-align: center;">_____ Nome e Número da CI do Declarante</p>

11.1.2. Declaração da licitante que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 12.854/99), nos termos do modelo abaixo descrito:

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

(Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

11.1.4. Declaração de capacidade técnica, no mínimo uma (1), emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando que a empresa licitante executa os serviços objeto deste procedimento.

11.2. A regularidade do cadastramento e a habilitação parcial das licitantes inscritas no SICAF serão confirmadas por meio de consulta "ON LINE", no ato da abertura da licitação, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira;

11.3. Procedida à consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada participante, declarações estas que deverão ser assinadas pelo Pregoeiro;

11.4. As declarações mencionadas no subitem anterior serão juntadas aos autos do processo licitatório para fins de prova nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93;

11.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em envelope fechado, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, cópia conferida pelo Pregoeiro ou ainda, mediante publicações em Órgão de imprensa oficial;

11.6. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma;

11.7. A licitante que optar por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento deverá apresentar, dentro do envelope nº 2, os documentos relacionados a seguir:

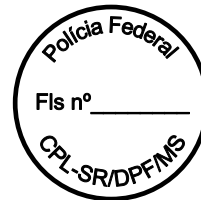
I - Habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



documentos de eleições de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

II - Regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no CNPJ:

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos e Contribuições Federais, emitidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF, e Certidão quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN);

c) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS), e para com o Fundo e Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

III - Qualificação Econômico-Financeira:

a) Comprovação de:

I) Índice de Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$

II) Índice de Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$

III) Índice de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$

Em que:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

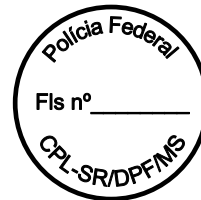
b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.8. Para os efeitos deste Edital serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios, assegurado às já cadastradas no SICAF a oportunidade de apresentar a documentação regularizada na própria sessão.

11.9. Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração pública, será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

12. DOS RECURSOS

12.1 - Ao final da sessão, depois de declarado o vencedor, qualquer licitante credenciado e presente poderá manifestar, de imediato, motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, às quais poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.2 - A falta de manifestação motivada da licitante importará na decadência do direito de interpor recurso.

12.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - A petição deverá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

12.5 - Decididos os recursos, o Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.6 - Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso administrativo.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso administrativo, pela própria autoridade competente.

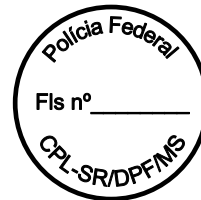
14. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O valor estimado para contratação, é de R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais) para as 05 carteira categoria D e R\$ 1.830,00 (Hum mil oitocento e trinta reais) 01 carteira categoria E.

14.2. As despesas decorrentes da contratação dos serviços objetos desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Departamento de Polícia Federal, para o exercício de 2011, cujos programas de trabalho e elemento de despesa específico constarão da respectiva Nota de Empenho.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



15. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

15.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, devendo ser anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.2. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no Setor de Licitações da SR/DPF/MS, sito na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, CEP 79102-430 ou por meio do Fone/Fax: (0**67) 3368-1299 / 3368-1188, ou, ainda pelo e-mail cpl.srms@dpf.gov.br.

16.3. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

16.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

16.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

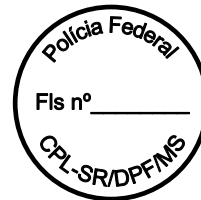
16.7. Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas de Preços.

16.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará celebração de contrato com a Administração.

16.9. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às sanções administrativas descritas neste edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



16.10. O proponente vencedor, após a retirada da Nota de Empenho, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições editalícias, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL/MS.

16.12. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decretos nº 3.555, de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2.000, 3.697, de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2.000, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 publicado no D.O.U. do dia 18 de julho de 2002 e da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

16.14. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do item 15 do presente Edital o lance é considerado proposta.

16.15. A SR/DPF/MS convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio da Nota de Empenho.

16.16. O contrato será executado a partir da data de sua assinatura até 31-12-2011.

16.17. Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultantes do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro.

Campo Grande/MS, 27 outubro de 2011.

EDGAR PAULO MARCON

Superintendente Regional
SR/DFP/MS